

HOMOLOGADO

O Conselho de Administração

CONCURSO PÚBLICO n.º 1/2022

**AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE MAMOGRAFIA DIGITAL DIRETA
COM TOMOSSÍNTESE NO CENTRO DE ONCOLOGIA DOS AÇORES**

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente procedimento pré-contratual tem por objeto a aquisição e instalação de equipamento de mamografia digital direta com tomossíntese no Centro de Oncologia dos Açores e respetivos acessórios e elementos complementares, com as especificações técnicas e nos termos e condições definidos no presente Caderno de Encargos, para o Centro de Oncologia dos Açores (COA).

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e respetivos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (doravante, “CCP”), e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.
5. O Caderno de Encargos prevalece quanto à definição das condições jurídicas e técnicas na execução dos fornecimentos.

Cláusula 3.ª

Vigência do contrato

Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além do termo do prazo contratual, designadamente em termos de manutenção, o contrato manter-se-á em vigor desde a data da assinatura do auto de aceitação do equipamento.

Cláusula 4.ª

Prazo de entrada em funcionamento do equipamento

O cocontratante deverá disponibilizar e assegurar o início do funcionamento do equipamento, com todos os elementos referidos no presente Caderno de Encargos, num prazo máximo de 75 dias a contar da assinatura do contrato.

Cláusula 5.ª

Preço base

O preço base aplicável ao presente procedimento, nos termos do artigo 47.º do CCP, é de € **214.000,00 (duzentos e quatorze mil euros)**, sem o valor do IVA incluído.

CAPÍTULO II

DO EQUIPAMENTO A ADQUIRIR

Seção I

Disposições gerais

Cláusula 6.ª

Conformidade e operacionalidade do equipamento

1. O cocontratante obriga-se a fornecer no COA o equipamento objeto do contrato, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Anexo I ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. O equipamento objeto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destina e dotado de todo o material de apoio necessário à entrada em funcionamento do mesmo.
3. O cocontratante é responsável perante o COA por qualquer defeito ou discrepância do equipamento objeto do contrato que existam no momento em que o bem lhe é entregue e instalado.
4. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:

- a) Fornecimento, entrega e instalação dos equipamentos objeto do contrato;
- b) Desmontagem e retoma do equipamento atual;
- c) Garantia técnica e manutenção do equipamento objeto do contrato, nos termos da Cláusula 11.ª;
- d) Implementação e execução de um plano de formação destinado aos utilizadores do equipamento objeto do contrato, de forma a dotá-los dos conhecimentos necessários à sua correta e eficiente utilização, sujeito à aprovação do COA;
- e) Obrigação de entrega dos exemplares do manual de utilizador do equipamento objeto do fornecimento;
- f) Obrigação de fornecer a atualização do sistema e seus componentes;
- g) Obrigação de suportar a ligação ao sistema de informação de radiologia do COA e do Serviço Regional de Saúde;

Cláusula 7.ª

Entrega e instalação do equipamento

1. O equipamento objeto do contrato deve ser entregue e instalado em condições de funcionamento, no prazo constante da proposta adjudicada.
2. Todos os equipamentos objeto do fornecimento devem ser novos, não podendo ter sido utilizados previamente, nem conter peças, componentes ou equipamentos reciclados ou que já tenham sido previamente utilizados.
3. O cocontratante obriga-se a disponibilizar com a entrega do equipamento objeto do contrato, um manual de operador dos equipamentos em língua portuguesa que permita a sua boa e integral utilização.
4. O cocontratante obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega do equipamento objeto do contrato, todos os restantes documentos, manuais técnicos, manuais de operação em formato original que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento dos mesmos, em línguas portuguesa ou inglesa.

Cláusula 8.ª

Inspeção e testes

1. Efetuada a entrega e instalação completa do equipamento objeto do contrato, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiro por eles designados, procedem, no prazo de 10 (dez) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa do mesmo, com vista a verificar, respetivamente, se aquele reúne as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no

presente Caderno de Encargos e seus Anexos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior será efetuada através dos testes que constam dos procedimentos referidos nos manuais técnicos do equipamento proposto, sem prejuízo de outros que entendam adequados ou convenientes.
3. Durante a fase de realização de testes, o cocontratante deve prestar toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
4. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do cocontratante.
5. Os testes efetuados devem ser registados e compilados sob a forma de um dossier, que ficará depositado à guarda do COA e servirá de referência de base para comparação com subsequentes testes a realizar no equipamento.

Cláusula 9.ª

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias do equipamento

1. No caso de os testes de aceitação referidos na Cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade do equipamento objeto do contrato, bem como a conformidade do mesmo com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e seus Anexos e na proposta adjudicada, o COA deve disso informar, por escrito, o cocontratante.
2. No caso previsto no número anterior, o cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo COA, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade do equipamento e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos no presente Caderno de Encargos e seus Anexos e na proposta adjudicada.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo cocontratante, no prazo respetivo, procede-se à realização de novos testes de aceitação.
4. Aos testes previstos no número anterior é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 2 a 5 da Cláusula anterior.

Cláusula 10.ª

Aceitação do equipamento

1. Caso os testes a que se refere a Cláusula 8.^a do presente Caderno de Encargo comprovem a total operacionalidade do equipamento objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e nele não seja detetado quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, seus Anexos e na proposta adjudicada, deve ser emitido, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do cocontratante e da entidade adjudicante.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da propriedade do bem adquirido, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o cocontratante.
3. A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 da presente Cláusula não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias do equipamento objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 11.^a

Conformidade e garantia técnica

1. O cocontratante garantirá, sem qualquer encargo para a entidade adjudicante, os bens fornecidos ao abrigo do presente Caderno de Encargos, pelo prazo constante da proposta adjudicada, o qual não pode ser inferior a:
 - a) 10 anos, para suporte técnico, fornecimento de peças e acessórios necessários ao bom funcionamento e eventuais reparações;
 - b) 3 anos, nos termos dos art. 441º, 44º do CCP e Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro, para garantia total do equipamento, acessórios e instalações, salvo se for proposto pelo concorrente prazo superior.
2. A garantia prevista no número anterior abrange os seguintes serviços de manutenção preventiva e corretiva necessários ao correto funcionamento do equipamento, com respeito pelas normas de segurança em vigor:
 - a) A manutenção dos equipamentos, sistemas, instalações, antenas, equipamento informático, incluindo updates e upgrades do software;
 - b) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta; nomeadamente ampola e detetor;

- c) A desmontagem de peças, componentes ou equipamentos defeituosos ou discrepantes;
 - d) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou equipamentos defeituosos ou discrepantes nomeadamente ampola e detetor;
 - e) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou equipamentos reparados ou substituídos nomeadamente ampola e detetor;
 - f) O transporte do equipamento ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles equipamentos ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - g) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - h) A mão-de-obra.
4. Imediatamente após o COA ter detetado qualquer defeito ou discrepância do equipamento, deve notificar o cocontratante para efeitos da respetiva reparação.
5. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas num prazo razoável, fixado pelo COA, em função do tipo de avaria diagnosticado. A visita para diagnóstico preliminar da avaria deve ocorrer, nos dias úteis, dentro de um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado a partir da comunicação. Sem prejuízo da obrigação de reparação ou substituição previstas na presente Cláusula, o cocontratante obriga-se a apresentar sempre o diagnóstico preliminar e uma previsão de reposição em serviço num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a visita.
6. Para os efeitos previstos nos números anteriores, a atividade de manutenção corretiva deverá permitir dar resposta e apoio técnico das 8:00 às 18:00 horas, nos dias úteis, dentro de tempos de espera adequados fixados pelo COA e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.
7. Durante o período de vigência do contrato, o cocontratante fica ainda obrigado à realização do serviço de manutenção e de conservação (manutenção preventiva) do equipamento objeto do contrato, garantindo a sua atualização e operacionalidade, assumindo todos os custos associados, tendo em vista:

- a) Garantir a integridade e a manutenção, durante todo o período de vigência do contrato, das características funcionais e de segurança especificadas nos manuais técnicos do equipamento;
 - b) Eliminar os riscos de ocorrência de falhas que ponham em causa a segurança dos doentes e pessoal;
 - c) Permitir o desenvolvimento, em condições normais, da atividade de prestação de cuidados de saúde.
8. O cocontratante deve também assegurar todas as obrigações relativas à manutenção e conservação dos equipamentos adicionais e de substituição, caso necessários.
9. Na operação e manutenção do equipamento objeto do contrato deverão ser observadas as normas de segurança e regulamentos aplicáveis, entre outras as normas da Comissão Electrotécnica Internacional (CEI) relativas aos equipamentos de uso médico, nomeadamente as da série IEC60601.
10. Para os efeitos previstos nos n.ºs 7, 8 e 9 da presente Cláusula, o cocontratante fica incumbido de elaborar e apresentar, na data de entrega e instalação do equipamento, um Plano de Manutenção Preventiva Detalhado, sujeito a aprovação pelo COA, o qual deverá contemplar, designadamente, a realização das inspeções e dos testes necessários à verificação da conformidade dos mesmos, nomeadamente:
- a) As inspeções e testes de acordo com as especificações dos fabricantes e instaladores e com as normas e regulamentos aplicáveis;
 - b) As inspeções e testes exigidos por lei ou por outras entidades ou instituições (companhias de seguros, etc.);
 - c) Os testes de todos os instrumentos de teste.
11. O contrato de manutenção após garantia poderá ser alvo de contratação opcional pelo COA e, em caso de exercício dessa opção, o valor anual máximo será o previsto na proposta do adjudicatário, e não poderá exceder o valor anual de **€ 16.000,00 (dezassex mil euros)**, com as características previstas no número 2 da presente cláusula.

CAPÍTULO III

DESMONTAGEM DO EQUIPAMENTO ATUAL E SUA REMOÇÃO

Cláusula 12.^a

Desmontagem do equipamento existente

1. No âmbito do presente procedimento, deverá o adjudicatário proceder à desmontagem do equipamento existente (*modelo SIEMENS MAMMOMAT 3000® SN5279*) respeitando as boas regras técnicas de manipulação de material elétrico e eletrónico, bem como as normas ambientais em vigor.
2. É também obrigação do adjudicatário proceder à remoção de todos os componentes para aterro adequado, segundo as normas, regulamentos e demais legislação em vigor.
3. Admite-se a retoma do equipamento para valorização de componentes que tenham interesse para o adjudicatário, devendo esse valor ser refletido na proposta a apresentar.
4. O adjudicatário obriga-se a apresentar comprovativo do destino dado ao equipamento e seus componentes.
5. É também obrigação do adjudicatário o fornecimento e montagem de 2 portas, com adequada proteção radiológica, na sala de mamografia para substituição das duas portas atuais, e respetivos trabalhos acessórios.

CAPÍTULO IV

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Seção I

Dever de sigilo

Cláusula 13.^a

Objeto do dever de sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao COA, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou

que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 14.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 15.ª

Preço contratual

1. Pela correta execução de todas as prestações objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao cocontratante o valor constante da proposta adjudicada, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.
2. O valor referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante pelo presente Caderno de Encargos, incluindo, designadamente, os relativos ao fabrico, à entrega, transporte, instalação e garantia técnica (manutenção com inclusão total de peças, consumíveis, incluindo acessórios e componentes indispensáveis ao correto funcionamento do equipamento, não sendo admitida a limitação de utilização temporal ou outra) do equipamento objeto do contrato.

Cláusula 20.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação que lhes subjaz, e a emissão da respetiva nota de encomenda.
2. Em caso de discordância quanto aos valores indicados nas faturas, deve a entidade adjudicante comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este

obrigado a prestar os esclarecimentos necessários, proceder à emissão de nova fatura corrigida ou emitir nota de crédito caso seja solicitado.

4. As faturas devem mencionar em detalhe os equipamentos entregues, instalações e obras realizadas, conforme ao apresentado na proposta do concurso. Em caso de equipamento devem igualmente mencionar os números de série e data de fabrico.

5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente Cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária, para o NIB a indicar pelo cocontratante.

6. Sem prejuízo do previsto no artigo 14.º, n.º 2, do Decreto-lei n.º 32/2012, de 13 fevereiro, em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias por parte da entidade adjudicante, o cocontratante tem o direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, nos termos previstos no artigo 326.º do CCP e da Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.

7. Não há lugar à realização de pagamentos antecipados.

CAPÍTULO V

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 21.ª

Penalidades

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função do montante do equipamento, obra, ou prestação de serviço em falta e da gravidade do incumprimento (por exemplo se impede o funcionamento global ou parcial do equipamento), nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos de execução do fornecimento objeto do contrato, até 1% do valor contratual do equipamento, obra, ou prestação de serviço em falta, por cada dia de atraso, sem prejuízo da cláusula penal prevista na presente cláusula;
- b) Pelo incumprimento das obrigações de garantia e manutenção, até 1% do valor da proposta de manutenção anual pós garantia, por cada dia de atraso, sem prejuízo da cláusula penal prevista na presente cláusula;

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento total ou parcial pelo cocontratante,

a entidade adjudicante pode aplicar uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual ou da parte em falta conforme a situação.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. Não obstante a aplicação das penalidades, a entidade adjudicante, em caso de manifesta necessidade, poderá adquirir a outros cocontratantes os serviços em falta, ficando a diferença de preços, se a houver, a cargo do cocontratante faltoso.

Cláusula 22.ª

Resolução do Contrato

1. A Entidade Contratante pode resolver o Contrato, quando o Adjudicatário, por facto que lhe seja imputável, não compareça no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, quando não preste a caução — quando exigível —, ou quando o Contrato seja grave ou reiteradamente incumprido pelo adjudicatário.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei ou no presente clausulado, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente:
 - a) Se o atraso, total ou parcial, nos fornecimentos e prestação de serviços objeto do contrato provocar um atraso que exceda 30 (trinta) dias no prazo global ou o cocontratante declarar por escrito que o atraso em determinada execução excederá esse prazo;
 - b) Quando houver indisponibilidade de funcionamento do equipamento objeto do contrato por período superior a 5 (cinco) dias úteis.
 - c) Se for atingido o montante máximo previsto de penalidades;

3. Se o Adjudicatário proceder à cessão da posição contratual sem autorização da Entidade Contratante;
4. Se ocorrer o início da fase jurisdicional de um processo de falência ou insolvência, ou de um processo com fins análogos, relativamente ao Adjudicatário;
5. Se o Adjudicatário em mora não realize a prestação no prazo que lhe haja sido razoavelmente fixado pela Entidade Contratante;
6. Se estiverem reunidos os pressupostos da força maior, desde que a impossibilidade de cumprimento se torne definitiva ou implique comprovadamente um atraso na entrega do equipamento objeto do fornecimento superior ao permitido no Contrato para este tipo de situação;
7. Se se verificar atraso no cumprimento das obrigações decorrentes de garantia superior ao prazo fixado pela Entidade Contratante no Contrato.
8. 3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante e produz efeitos 5 (cinco) dias após a receção dessa declaração, não sendo afastado se o cocontratante cumprir as obrigações em falta nesse prazo e proceder ao pagamento das penas pecuniárias correspondentes.
9. 4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 23.ª

Resolução pelo Adjudicatário

1. O Adjudicatário só pode resolver o Contrato nos seguintes casos:
 - a) se a Entidade Contratante se atrasar no pagamento de qualquer fatura, em mais de 6 (seis) meses, desde que a mesma não tenha sido objeto de reclamação;
 - b) quando o montante do seu crédito, excluindo juros, for igual ou superior a 30% (trinta por cento) do valor global do Contrato;
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração à Entidade Contratante e produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo quando a Entidade Contratante cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros a que houver lugar.

CAPÍTULO VI

SEGUROS

Cláusula 24.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do cocontratante a cobertura, através de contratos de seguro de acidentes pessoais, de quaisquer riscos de acidentes de viação sofridos pelo seu pessoal ou por pessoal dos seus subcontratados, ou ainda por terceiros, ou ainda pelo pessoal e equipamento do COA, até conclusão das prestações de serviço do contrato ou após esta, desde que no contexto de ações no âmbito do contrato.
2. O cocontratante deve celebrar, à sua custa, contratos de seguro de acidentes pessoais que cubram os riscos de morte ou lesão corporal dos representantes do COA, bem como de quaisquer elementos indicados por este, que participem em quaisquer testes ou ações de formação.
3. A entidade adjudicante ou o COA podem, sempre que entenderem conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos nos números anteriores, devendo o cocontratante fornecê-la no prazo de sete dias.
4. Os seguros de acidentes pessoais referidos no n.º 2 devem ter um capital mínimo seguro no valor de 500.000 € (quinhentos mil euros), por pessoa segura.
5. Os seguros de acidentes pessoais devem prever que as indemnizações sejam pagas aos sinistrados ou, em caso de morte, a quem prove ter a elas direito, nos termos da lei sucessória ou de outras disposições legais aplicáveis.

CAPÍTULO VII

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 25.^a

Foro competente

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.
2. O cocontratante declara expressamente que renuncia a qualquer foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito pela legislação portuguesa em vigor.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 26.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação dos serviços a prestar por parte do cocontratante dependerá de autorização prévia por parte da entidade adjudicante e do COA.
2. A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 27.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28.ª

Disposições legais e contratuais aplicáveis

1. Na celebração do Contrato, observar-se-á o disposto:
 - a) No Código dos Contratos Públicos (Decreto Lei 18/2008 de 29 de Janeiro);
 - b) No Decreto Legislativo Regional n.º27/2015/A, de 29 de Dezembro
 - c) Nas normas portuguesas e comunitárias aplicáveis;
 - d) Nos documentos contratuais;
 - e) No Manual de Boas Práticas de Radiologia

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CARATERÍSTICAS MÍNIMAS

EQUIPAMENTO DE MAMOGRAFIA DIGITAL DIRETA COM TOMOSSÍNTESE

I - CARATERÍSTICAS TÉCNICAS E REQUISITOS MÍNIMOS (ASPETOS NÃO SUJEITOS À CONCORRÊNCIA)

Equipamento para realização de mamografia com detetor digital direto, estação de aquisição e de diagnóstico e módulo de tomossíntese com as seguintes características obrigatórias:

MAMÓGRAFO:

- Deverá vir equipada com os acessórios necessários e adequados às necessidades dos utentes em geral.
- Detetor digital direto
- Permite procedimentos em pacientes na posição sentada ou de pé
- Tamanho do detetor: mínimo 24x30 cm
- Seleção dos parâmetros de exposição em modo manual e/ou automático
- Ergonómico e de fácil ajuste (deve permitir correto e cómodo posicionamento da paciente às projeções)
- Coluna telescópica e braço motorizado em rotação e elevação
- Rotação isocêntrica e motorizada do conjunto ampola/detector
- Pré-programação dos ângulos de rotação
- Movimento vertical motorizado (distância do suporte ao solo) de grande amplitude
- Colimação automática com luz de centragem automática
- Fator de Magnificação: 1.5x ou superior
- Sistema de controlo automático da exposição
- Capacidade térmica do ânodo superior a 160000 HU
- Sistema de descompressão automático, com possibilidade de ligar/desligar consoante o exame e/ou a paciente

- Permitir a pré-programação de parâmetros de exposição para otimização da dose à paciente
- Gerador de Raios-X de alta-frequência controlado por microprocessador (mínimo 5Kw)
- Gama de tensões kV: de 25 kV a 35 kV, com incrementos de 1kV
- Gama de corrente: de 5 a 500 mAs
- Acessórios: compressores: padrão 18x24 cm e 24x30 cm, de axila e mamas pequenas, de detalhe e para magnificação
- Incluído sistema de cibersegurança

TOMOSSÍNTESE

- Módulo de Tomossíntese de alta definição
- Tecnologia integrada no Sistema
- Com imagem sintetizada 2D sem necessidade de montagem de dispositivos adicionais
- Possibilidade de realização de estudos de Tomossíntese em projeções localizadas e em mamas com prótese
- Leitura do detector efetuada com a máxima resolução do mesmo (sem recurso a binning)
- 2D e Tomossíntese possíveis em uma só compressão.
- Possibilidade de leitura dos exames nas estações PACS e/ou na estação dedicada à mamografia.

ESTAÇÃO DE AQUISIÇÃO

Estação de aquisição e visualização dedicada de última geração com PC, monitor (mínimo 3MP, LCD ou LED) e comando de exposição

- Separador de proteção aos Raios-X, de vidro chumbado, equivalente a 0.5mm Pb conferindo proteção à radiação, de acordo com as Normas de Proteção Radiológica.
- Capacidade armazenamento mínimo 10.000 imagens
- Gravador CD/DVD
- Software para revisão e processamento imagens (que permita ex. lista pacientes, ajuste brilho e contraste, inversão, escala de cinzentos, zoom com deslocamento, ampliação e rotação etc...)

- Permitir cálculo dose em cada exposição imprimir dose aplicada em cada imagem e enviar valores para RIS/HIS.
- Quantificação automática da densidade mamária na estação de aquisição

ESTAÇÃO DE DIAGNÓSTICO

O COA pretende garantir que o processo de trabalho dos seus radiologistas seja o mais rápido e eficiente possível, permitindo o acesso transparente a todos aos exames anteriores, independentemente da modalidade em causa.

Com esse objetivo o mamógrafo terá de ser fornecido com o *hardware* de um posto de trabalho para diagnóstico, adequado para Tomossíntese, de acordo com os seguintes requisitos:

A especificação da workstation a fornecer terá de cumprir com os seguintes requisitos mínimos:

- Estação de leitura e revisão de exames digital independente
- Sistema operativo Windows10 x64
- Processador com 6-coreCPU, 3.7 GHz ou superior
- 32 GB de RAM
- Placa gráfica NVIDIA Quadro P1000
- Placa de rede 1 Gbit/s
- Disco SSD com 256 GB
- 2 Monitores de diagnóstico a cores, certificado para mamografia e Tomossíntese com uma resolução mínima de 5 Megapixel.
- Teclado e rato standard e teclado específico para mamografia (keypad com teclas de funções específicas).
- Disco rígido mínimo 4TB

Não é necessário o fornecimento de qualquer tipo de *software* adicional (*software* de diagnóstico e/ou RIS).

H. INSTALAÇÃO

- Montagem e instalação incluídas
- O fornecedor terá que implementar na sala todas as adequações técnicas que garanta a correta instalação e o funcionamento integral de todo o sistema de Mamografia.
- Incluída desmontagem e retoma do equipamento atual (mamógrafo) a cargo do fornecedor
- Incluído fornecimento e montagem de 2 portas na sala de mamografia, com medidas sensivelmente 200 x 80 cm (a confirmar pelo adjudicatário no local) com a adequada proteção radiológica nos termos legal e regulamentarmente previstos
- Sala identificada no Anexo do presente CE
- Inclui acabamentos necessários, designadamente:

Fornecimento e colocação de portas com 80x200cm, com 2mm de chumbo, com acabamento lacado, com aproveitamento dos puxadores existentes, incluindo reforço de 2mm de chumbo nas ombreiras	Un 2	vg
Inclui		
ESTALEIRO (Montagem e desmontagem do estaleiro, considerando vedações e proteções do espaço a intervir, instalações e infraestruturas provisória, incluindo coordenação geral)	Un 1	vg
DEMOLIÇÕES (Remoção das portas existentes, dos azulejos no portal, remoção parcial dos azulejos partidos ou descolados entre as duas portas (apenas onde necessário)	Un 2	vg
PAREDES (Regularização dos portais onde serão removidos os azulejos inutilizados, fornecimento e colocação de novos azulejos 15x15 brancos, incluindo arestas curvas, Fornecimento e colocação de azulejos 15x15 brancos na parede entre as portas, no local do ponto anterior, execução de retoques de pintura)	Un 1	vg
ELECTRICIDADE (Fornecimento e instalação de 2 botoneira ON/OFF, incluindo respetivos cabos, fornecimento e instalação de botoneiras de emergência de contacto duplo, incluindo respetivos cabos, fornecimento e instalação de 2 sinalizadores de radiação e fornecimento e instalação de calha 30x16, para a passagem dos	Un 1	vg

cabos para as botoneiras e sinalizadores		
--	--	--

I. INTEGRAÇÕES E LICENCIAMENTOS

Tem de ser incluídos os serviços necessários para a integração com o VNA/PACS atualmente em uso pelo SRS (SECTRA), assim como os seguintes serviços DICOM:

Modality Worklist

Store (MG e BTO)

Radiation Dose structured report

Storage commitment.

Não é necessário a aquisição de qualquer licença à Sectra, sendo apenas necessário o fornecimento do equipamento para a instalação da workstation de diagnóstico, de acordo com as especificações referidas em ponto anterior.

II – TREINO E FORMAÇÃO

A. Obrigações Mínimas

- 1) O Adjudicatário deverá promover treino e formação local de modo a que o equipamento tenha pleno aproveitamento, seja corretamente manuseado e possa produzir imagens de qualidade de forma consistente e duradoira. O adjudicatário compromete-se a facultar toda a formação que considerar adequada ou vier a ser necessária sem custos mesmo que ultrapasse o que se encontra definido abaixo.
- 2) Deverão ser apresentadas propostas de Planos de Formação e treino.
- 3) Deverá haver compromisso do adjudicatário de rever o plano de formação de modo a adequá-lo às necessidades e limitações do COA.
- 4) Sempre que ocorram *updates* e *upgrades* de software e hardware com alterações significativas de funcionamento com impacto nos utilizadores deve igualmente ser prevista a formação adequada e sem custos,
- 5) Para dar resposta às necessidades previstas nos pontos anteriores deverão ser previstas e incluídas:

- a) formação local, utilizando as instalações e equipamento do COA, para a generalidade dos utilizadores;
- b) sempre que ocorram atualizações de software e hardware que obriguem a ajuste de rotinas de trabalho;

B. Custos

- 6) Os custos relacionados com a deslocação de especialistas do adjudicatário ao COA serão integralmente suportados pelo próprio.

III –MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A. Obrigações

- 1) O Equipamento deve permitir ligação para apoio e diagnóstico remoto;
- 2) Os concorrentes deverão apresentar as condições dos seus contratos de manutenção onde especifiquem as características da assistência técnica, coberturas exclusões e outras especificidades da respetiva prestação;
- 3) É obrigatório a inclusão da ampola e detetor no contrato de manutenção
- 4) A manutenção e Assistência técnica deve obedecer às cláusulas do Caderno de Encargos.

IV - NORMAS E REGULAMENTOS

- 1) O Equipamento a fornecer e respetiva instalação devem necessariamente obedecer às diretivas comunitárias, à legislação e normas nacionais e internacionais aplicáveis e em vigor à data da instalação, nomeadamente :
 - (a) Marcação CE
 - (b) Equipamento médico
 - (c) Construção
 - (d) Segurança elétrica
 - (e) Ruído

Este aspeto deve ser devidamente comprovado e documentado.

2) Ruído.

Conforme explicitado no Decreto-Lei n.º 82/2006 de 6 de Setembro, a exposição ao ruído pode provocar diversas perturbações na audição que podem ser permanentes.

Para este efeito deve ser considerada a legislação nacional pertinente bem como diretivas europeias, nomeadamente o referido Decreto-Lei n.º 182/2006 Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de Janeiro, Decreto-Lei n.º 96/2008 de 9 de Junho e Diretiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho.

O adjudicatário deve providenciar a medição do ruído e avaliação de riscos por entidade certificada e providenciar soluções adequadas, redução da exposição e medidas de proteção individual para que, no mínimo, a legislação seja cumprida.

ANEXO

PLANTA SALA DE MAMOGRAFIA

